

UM DOCUMENTO INÉDITO DE PAULO DUARTE

Pedro Paulo A. Funari*

D'un magistrat ignorant c'est la robe qu'on salue

Introdução

O Arquivo Paulo Duarte, custodiado pela UNICAMP, conserva um acervo documental, ainda em grande parte inexplorado, referente aos mais relevantes episódios da vida brasileira neste século. O texto apresentado a seguir consiste numa carta endereçada ao Ministro da Educação e Cultura do Governo Ernesto Geisel, General (*sic!*) Ney Braga, datada de 25 de novembro de 1974. A publicação deste documento visa, a um só tempo, alertar os historiadores para a existência de um imenso manancial inexplorado no Arquivo Paulo Duarte como, mais especificamente, dar a público informações sobre o funcionamento da academia no período imediatamente anterior e posterior ao golpe de estado de 1964.

Paulo Duarte combatera a ditadura nos anos 1930 e 1940 e toda sua produção intelectual posterior ficou marcada por essa luta contra o Estado Novo (Goulart 1990:154). Esta carta, como outros tantos documentos da última fase de Paulo Duarte, encontra-se eivada de referências negativas ao Getulismo e seus seguidores, qualificados, em geral, de demagogos. Por outro lado, Duarte, inimigo acerbo da censura e da perseguição política, humanista liberal tantas vezes desdenhado por ser demasiadamente *romântico* e *iracundo*, não pode ser subestimado como fonte de informação sobre o funcionamento do nosso meio acadêmico. Recentemente, Fábio Konder Comparato (1993:3) advertia que "em nosso país, as

universidade públicas..tornaram-se, com poucas exceções, núcleos de constrangedora mediocridade, dentro do espírito de autoproteção corporativa". Ora, Paulo Duarte relata, justamente, a maneira como a universidade, sob o regime discricionário, permitia e favorecia a constituição de relações de privilégio.

Deve admirar-se como o clientelismo, o familismo, o nepotismo (Da Matta 1991:4), como a amizade, o parentesco e os favores seculares (Schwartz 1988:237; Castro 1991:2) atuaram, sob o manto diáfano da censura, na organização universitária. Paulo Duarte descreve o paroxismo a que chegaram as autoridades acadêmicas da Universidade de São Paulo ao indicarem 53 nomes de colegas acusados de subversão: um coronel do exército não foi capaz de submeter a investigação senão *um* destes 53 docentes que deveriam ser "limpados" da Universidade, segundo as autoridades universitárias! É óbvio que a severidade no *juízo* destas autoridades não se devia a zelo pelo regime militar, algo mais apropriado ao coronel encarregado de conferir a lista de *elementos*, mas ao uso da ameaça comunista para afastar inimigos (ou, simplesmente, "moços de valor", nas palavras de Paulo Duarte). O controle militar sobre a sociedade civil (Conca 1992:161) e a quebra do compromisso de classe (Cammack 1991:35) não foi possível sem a conivência de importantes autoridades acadêmicas cujos objetivos imediatos não eram a ação militar, no câmpus, contra a resistência democrática (embora Paulo Duarte denuncie, também neste caso, a origem "acadêmica" da repressão da polícia) mas, principalmente, consistia na implantação de relações de amizade e na conseqüente exclusão dos concorrentes. "Um bom relacionamento com as pessoas certas é um capital valioso" (Pastore 1991:2). A repressão garantia o êxito da "limpeza" dos "elementos" perigosos.

O texto de Paulo Duarte apresenta um vocabulário repleto de termos já pouco usuais no vernáculo, como *veneras* (condecorações), *protérvia* (petulância), *escorcimento*

(diminuição), *igualha* (tipo), *pugilo* (grupo), assim como a grafia do original, datilografado, mistura as regras de acentuação gráfica de diversos períodos. Por este motivo, optou-se por proceder a uma atualização ortográfica do texto. O original, firmado por Paulo Duarte, apresenta algumas correções à máquina, aqui inseridas regularmente no texto.

Obras citadas na introdução

- Cammack, P. 1991 Brazil: the long march to the New Republic, *New Left Review*, 190, 21-58.
- Castro, P.R. 1991 No país dos economistas 5- quantidade não faz qualidade, *Folha de São Paulo*, 3/5/1991,3,p.2.
- Comparato, F.K. 1993 As nulidades triunfantes, *Folha de São Paulo*, 19/9/1993, 1, p.3
- Conca, K. 1992 Technology, the military and democracy in Brazil, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 34,1, 141-177.
- Da Matta, R. 1991 Nepotismo e jeitinho brasileiro, *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 7/9/1991, 4-5.
- Pastore, J. 1991 A cultura do herói, *Folha de São Paulo*, 5/5/1991, 3, p.2.
- Schwartz, S.B. 1988 *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras.

Ao Excelentíssimo Senhor General Ney Braga
DD. Ministro da Educação e Cultura

Senhor Ministro:

Folha de São Paulo, de 29 de setembro de 1974, de 3 e 6 de outubro, publicou três longos artigos com a minha assinatura, sob o título "Universidade malferida", nos quais eu denunciava gravíssimas irregularidades que acontecem na Universidade de São Paulo.

Para frisar a gravidade dessas denúncias, dei dois exemplos, o bastante para exemplificar o estado precário em que vive esse outrora famoso instituto de alta cultura intelectual e moral e isso devido ao predomínio de uma maioria de maus professores, envelhecidos, desatualizados e mesmo desonestos, para os quais o título universitário maior do país é apenas mero

instrumento de exibicionismo ou de defesa de privilégios e salários maiores e de promoção de cada um. Essa missão primordial do professor consciente e que realmente merece respeito, de formar o espírito da juventude e até de substituir o próprio pai dos moços confiados à sua guarda, uma quase maioria deles, composta neste transe de angústia por que passa o mundo, de órfãos de pais vivos e abandonados, está sendo cada vez mais relegada porque tais professores, em vez de servirem à Universidade dentro do seu princípio altíssimo de educar e formar o futuro de um povo, dela se servem em benefício próprio, dos seus interesses imediatos, despidos de qualquer nobreza mental ou de espírito público. Não quero dizer que a nossa universidade magna tenha perdido, completamente, os magníficos elementos que possuía, nos seus primeiros anos de vida, quando surgiu, há quarenta anos, como um paradigma elevadíssimo de outros institutos a serem fundados e logo cobertos de glórias e prestígio cultural e moral, devido aos seus primeiros professores da igualha de um Reynaldo Prochat, André Dreyfus, Benedito Montenegro, Henrique Rocha Lima, Fidelino Figueiredo, Fonseca Teles, sem contar o pugilo de elementos estrangeiros cuidadosamente selecionados por Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Theodoro Ramos, Georges Dumas e Paul Rivet. Não, a permanência, por alguns anos, de todos esses elementos, nos primeiros cursos, permitiu ficassem, indelevelmente impressos na alma de algumas gerações, os ensinamentos desses grandes da alvorada universitária do Brasil. E são, exatamente, alguns sobreviventes desse passado, alunos de tais professores, que ainda hoje vigiam pela dignidade universitária, não permitindo que, de todo, dela se apague o espírito universitário que vai perdendo, devido à invasão da mediocridade, das ambições espúrias e do aulicismo que sobreveio após a implantação da ditadura caudilhista, em 10 de novembro de 1937.

Apesar disso, entretanto, malgrado a invasão da Universidade pelos maus professores agasalhados por decretos

ou portarias de favor ou por concursos de ação entre amigos, elementos que haviam sido repelidos anteriormente como expressões de falta de idoneidade moral à altura de uma Universidade, ainda alguns períodos de recuperação manifestaram-se, graças à ação de alguns resistentes, mas não passaram de intervalos lúcidos entremeados nos longos períodos de alienação universitária.

Um equívoco melancólico, de logo depois de 1964, criou uma crise gravíssima, um mal entendido trágico entre professores competentes e a maioria dos estudantes, de um lado, e a situação política, então recém-implantada. A responsabilidade desse incidente cabe exclusivamente aos mesmos elementos que contribuíram para o escorcinamento da Universidade. Explico-me.

Antes de 1964, o governo, que uma política espúria permitiu que se formasse depois da renúncia de Jânio Quadros, na ânsia de consolidar-se, passou a invadir as universidades então existentes, de uma ideologia falseada, mandando-lhes, em missão de proselitismo, elementos escolhidos para a infiltração da sua demagogia desvairada, entre os meios estudantis. São Paulo recebeu, então, vários profetas dessa pregação furtacor, pois ora se apresentava ilustrada dos princípios da extrema direita, ora da extrema esquerda, conforme o momento. É que o Sr. Jango Goulart procurava imitar o seu mestre, Getúlio Vargas, aproveitando-se, sempre, das correntes de idéias ou da falta de idéias do momento, assim, para ele o vale-tudo ideológico servia-lhe de contribuição valiosa, dado o obscurecimento das massas populares, de um lado, e do oportunismo de uma política sub-intelectual e imediatista, de outro. Jango Goulart jamais foi comunista, como nunca foi fascista, como prova todo o seu passado salpicado de negócios pouco idôneos e de aventuras políticas suspeitas. Daí o ter-se aliado, em dado momento, com o sub-comunismo brasileiro, estabonado e desorientado como, em geral, todas as correntes políticas de países pouco desenvolvidos e pouco esclarecidos,

também. Mas o que pretendia, mesmo, era repetir a lição do mestre que, conforme as circunstâncias, procurava alianças tanto do lado de Plínio Salgado quanto ao lado de Luís Carlos Prestes, tanto honrava-se com as condecorações que lhe vinham da representação diplomática da Alemanha e da Itália, quanto das veneras chegadas dos Estados Unidos. Assim, equilibrando-se, ora de um lado, ora de outro, fez-se o golpe de 10 de novembro de 1937, para, logo depois, meter-se na cadeia integralistas e comunistas, a fim de consolidar o verdadeiro regime em vista, o getulismo caudilhista. Jango pensava repetir a manobra, durante o seu governo, aliar-se fosse ao que fosse, para, depois, limpar as suas fileiras dos concorrentes perigosos, para permanecer apenas o naguismo da corrupção. Acontece, entretanto, que, sem as perspicácia e malícia do chefe do Estado Novo, não percebeu o Sr. Jango Goulart o perigo que iria correr, pois ao fim da jornada ele é quem poderia ficar prisioneiro do comunismo, seu aliado, pela melhor organização deste e precária estrutura do interesse imediatista dos então seus suportes maiores.

Não teve tempo, porém, para essa desilusão, dado o movimento de março-abril de 1964.

Nos últimos tempos do seu governo, a Universidade de São Paulo foi visitada pelos mais graduados proselitistas que se diziam intérpretes de Jango e esses emissários eram recebidos festivamente pela Universidade, nem só pelo seu Reitor, senão, também, por numerosos diretores de Faculdade e preofessores, igualmente acomodaticios. Basta lembrar a vinda, a São Paulo, do Ministro Jurema, que veio falar aos estudantes da Universidade sobre uma ideologia comuno-janguista e, dentre os oradores que, aqui, o receberam com entusiasmo, podem ser lembrados o Reitor de então, e alguns diretores de faculdades e vários professores.

Pois bem, pouco depois explode o movimento armado que depôs Jango e esses mesmos professores que ajudaram o processo de intoxicação dos jovens estudantes, cuja grande

maioria viraram heróis da revolução, embora notória a sua atitude de pouco antes, quando nem se manifestaram ou agiram, antes de 1964, ou se manifestaram foram para apoiar a situação anterior e, agora, passaram a aplaudi-la, com um entusiasmo de cristão novo, entusiasmo exagerado demais para que fosse sincero ou espontâneo. E a melhor maneira que encontraram para demonstrá-lo foi voltar-se contra os estudantes que se opunham ao desmazelo anterior e à relaxação manifestada, desde muito, na vida universitária, incluindo, descriminadamente, todos os estudantes na mesma classificação de comunistas. Havia, realmente, uma pequena minoria de jovens que havia sido conquistada pelo proselitismo de extrema-esquerda, a maioria, porém, dos que combatiam a situação universitária não o era e os próprios chamados comunistas não passavam de jovens desesperados, por causa da degradação por que já passava a Universidade. E iniciou-se, dentro desta, o regime de violência provocado menos pela polícia do que pela Reitoria de então, conubiada com professores de vida universitária injustificável. E a odiosa repressão foi tal que chegou a instalar um batalhão da Força Pública dentro do câmpus universitário. É de notar que o comandante desse próprio batalhão negou-se, mais de uma vez, a cumprir ordens de ação contra os estudantes, declarando que os seus soldados eram mantenedores conscientes da ordem mas não capangas dispostos a agredir estudantes desarmados.

Infelizmente, esse grupo, mais ou menos numeroso, de maus professores e guias conseguiu, com a sua lábia e um movimento adesista intensivo, convencer as novas autoridades de que o recinto universitário era, realmente, um velhacouto de subversivos que precisavam ser extirpados do maior centro de cultura de São Paulo.

Um pequeno número de professores formou-se para defender os estudantes. A intriga protérvia os atingiu, também. Uma comissão de três professores de idoneidade moral notoriamente suspeita foi escolhida, pelo Reitor, para, num

inquérito sigiloso, apontar aqueles que deveriam ser atingidos pela "limpeza" a ser feita e essa comissão acabou indicando 53 universitários que deveriam ser eliminados da Universidade. Entretanto, aconteceu que, depois desse *veredictum*, foi designado um coronel do Exército, o coronel Ênio Pinheiro, para rever esse inquérito e o ilustre coronel, que se revelou um homem digno e consciente, em seu parecer achou que, dentre todos os 53 elementos apontados como subversivos, um apenas seria passível de inquérito, pois era um professor que sempre se proclamara marxista, o que não era nenhum crime, e por isso restava, apenas, verificar se sua ação como professor fora, em qualquer tempo, envolvida pela propaganda ou proselitismo do Partido Comunista.

Basta este fato para provar o regime administrativo e político que passara a envolver, mais ainda, a Universidade.

Eu fui um dos professores que combateram, publicamente, essas arbitrariedades e intrigas. Daí a razão, a única razão, por que fui expulso da Universidade, em abril de 1969. É preciso notar que o processo que justificou essa pena infamante não foi submetido ao Conselho Nacional de Segurança, nem tão pouco dele consta ter sido o acusado ouvido, conforme determinam o Ato Institucional número 5 e o ato posterior que o regulamentou!

Cito, Senhor Ministro, todos estes fatos, para deixar bem clara a minha posição dentro da Universidade e para mostrar, também, que, nada podendo desejar mais dela, pois tendo já vencido o prazo compulsório para o exercício da função, se torna impossível atribuir-se a um gesto ambicioso que pudesse me levar à denúncia que faço, neste momento, ao Governo Federal, por intermédio de V. Excia. O que me novo é, exclusivamente, a minha posição em face de uma Universidade que ajudei a fundar e continuo a amar, de todo coração, e por isso desejo-a limpa e pura como nasceu, dentro do seu objetivo alto de formar uma mocidade capaz do esforço de se fazer que o "Brasil continue".

Daí o apelo com que terminei o último dos meus recentes artigos que estou anexando na presente representação.

Verá V. Excia. que, no final do último deles, consta um derradeiro apelo dirigido aos mentores da Universidade de São Paulo e, ainda, referência a vários outros anteriores, daí deixo claro que seria a última tentativa no sentido de averiguarem-se as irregularidades na mesma Universidade e, caso ficasse ele sepultado no silêncio dos anteriores, que prosseguiria no intento de obter um inquérito a que faz jus a situação de um instituto altamente ligado à formação dos construtores do futuro do país, função primordial da Universidade e, nesse caso, eu me dirigiria a autoridades superiores solicitar a mesma providência saneadora que me interessa exclusivamente pelo seu objetivo altíssimo, do qual, pessoalmente, nada espero nem posso mais esperar.

Esse apelo angustioso feito pela salvação de uma grande universidade é que venho reiterar a V. Excia. Citei dois exemplos lastimáveis para justificar um inquérito, em profundidade, em *todos* os institutos da Universidade de São Paulo. Um deles é a transformação do Instituto Oceanográfico, centro de pesquisas profundas com um passado notável, apesar das vicissitudes por que passou e que, agora, vai ser transformado em unidade de ensino e o pior, com cumplicidade de vários de seus elementos que se têm como cientistas, os quais desmentem a própria presunção com o fato de aderir à infeliz idéia, exclusivamente por causa dos aumentos de seus proventos com a remuneração que lhes virá dos cursos numerosos a serem ministrados. É evidente que um instituto de pesquisas tem que dar cursos, mas tais cursos de pós-graduação ou acessórios da atividade investigadora e não, como agora, quando pesquisas moderadas e superficiais é que se tornarão acessórios à ação principal que será o ensino transformado em principal atividade. O outro exemplo é o Instituto de Pré-História que, em cerca de 27 anos de pesquisas e cursos, se tornou célebre, mundialmente, mas está prestes a ser destruído, depois de mumificados

exclusivamente para satisfazer a ambição imperialista de um pequeno professor sem nenhuma especialização e sem nenhuma ética, dado que todos os seus estudos foram efetuados sempre dentro do campo da Arqueologia Clássica e, portanto, da História da Arte, mas tenta extinguir o Instituto de Pré-História para apoderar-se do seu riquíssimo patrimônio científico especializado, o seu aparelhamento científico, a sua biblioteca, as suas coleções e até o seu renome. Para isso, esse pseudo professor, que é a negação mesma do espírito universitário, conseguiu de um Conselho Universitário distraído demais, para empregar apenas a expressão menos deprimente, mudar, de início, o nome do pequeno instituto que dirigia - Museu de Arte e Arqueologia - para Museu de Etnologia e Arqueologia, pretendendo justificar, com os dois adjuntos, o abocanhamento do Instituto de Pré-História, com uma interpretação sofisticada do termo Arqueologia, que é genérico, dando-lhe um sentido específico de Arqueologia Etnológica ou Pré-Histórica. Até nessa artimanha pueril demonstrou o seu autor, endossado pelo Conselho Universitário, a sua ignorância, pois, na realidade, o termo Etnologia não abrange a Pré-História pois, como ensina um notável professor da Sorbonne, que é Lionel Ballout, "o método fundamental da Etnologia é o inquérito entre vivos, inaplicável à humanidade extinta, que pertence à Pré-História" (aula inaugural da cadeira de Pré-História, ministrada em Paris a 14/4/1964).

Entretanto, obtida esta primeira desastrada transformação, começou ele a improvisar pequenas investigações etnológicas para justificar o seu segundo passo de mistificação, que foi o de uma proposta pela qual se extinguia o Instituto de Pré-História, passando-se todo o seu patrimônio material e cultura para o seu pequeno museu. Pois, não fosse o protesto enérgico que fiz pela imprensa, isso teria acontecido, com a cumplicidade ainda, consciente ou inconsciente, do mesmo Conselho Universitário. O perigo, porém, não passou,

pois a tentativa está prestes a realizar-se, com base em novos sofismas e burlas.

Estes foram os dois exemplos que eu dei, em meus artigos, mas poderia fazer o mesmo com relação às faculdades. Vou citar dois casos apenas, atinentes a um dos seus mais importantes estabelecimentos: a Faculdade de Medicina, talvez o melhor organizado deles. A mentalidade de dono ditatorial e intocável nos seus privilégios caducos impera aí como se não tivesse havido uma reforma radical que chegou a extinguir a cátedra onipotente. Há casos de elementos de primeira ordem, já sob o ponto de vista científico, já sob o ponto de vista ético, que têm a sua carreira completamente bloqueada pelo "proprietário" das chefias, quer dizer, das cadeiras, quer dizer que isso atinge até as enfermarias do hospital-escola, que é o Hospital das Clínicas. São muitos esses casos e, diretamente, eu poderia citar pelo menos dois, nos quais nomes notabilíssimos já que, apesar de moços, apesar do seu valor, da sua capacidade, dos seus títulos, viram fechados todos os caminhos para prosseguir, porque os donos reservam os postos mais altos não aos mais competentes, mas a um protegido, a um parente, a um apaniguado. Casos houve em que um professor-chefe chegou a fechar, por longo tempo, a sua enfermaria num grande hospital por um capricho pessoal apenas. E quem sabe o que representa uma enfermaria num grande hospital, sabe o que isso significa como atentado à própria sociedade. E fato há, ainda, o de um professor condenado a uma suspensão, pelo seu desalinho ético e profissional e, a fim de fugir à punição, recebe da direção superior da Universidade uma verba importante que lhe permitiu passar, no exterior, todo o tempo da suspensão! Pois bem, alguns desses casos, se eu mesmo poderei depor com conhecimento, que dirá professores idôneos, assistentes e até estudantes da Faculdade da Medicina ou internos do Hospital das Clínicas, que mais do que eu conhecem a situação.

Ora, senhor Ministro, fiz questão de ser leal para com a alta direção da Universidade. Dirigi-lhe numerosos apelos no

sentido de ser tudo averiguado, para que se restabelecesse a dignidade universitária perdida. A única coisa que consegui foi ser expulso dela, sem nenhuma justificativa valável, ao contrário, tanto que o decreto de minha aposentadoria compulsória não foi sequer submetido ao Conselho Nacional de Segurança e com desrespeito, ainda, a disposições escritas do Ato Institucional número 5.

Nem isso, Senhor Ministro, me afastou da lisura de perلustrar, sempre, o caminho sem faltar com qualquer preceito da educação, da ética e da lealdade para com essa Universidade que eu ajudei a fundar e dela me tornei um defensor permanente, como disse atrás, antes de me dirigir a V. Excia., ainda tentei levar um último apelo à direção universitária. Pois a resposta imediata que tive foi o anúncio de que o Conselho Universitário iniciara já o absurdo científico e pedagógico de transformar o Instituto Oceanográfico em unidade de ensino e persiste no caminho fraudulento de extinguir o Instituto de Pré-História, intimamente ligado à pesquisa científica no campo da História Natural, e entregá-lo ao feudo de um pequeno museu de Arqueologia Clássica e de Arte, matéria que se desenvolve toda no campo da História e da Arte Clássica, distante, portanto, da Pré-História.

É o que me leva, neste momento, a V.Excia., como Ministro da Educação e da Cultura. Inútil dizer que me ponho inteiramente à disposição de V.Excia. para informações suplementares, para depor, para aduzir, enfim, documentos comprobatórios das minhas acusações.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos da minha alta consideração e agradecimento pela atenção que der a este novo apelo.

Paulo Duarte

São Paulo, 25 de novembro de 1974